



CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA
Anticorrupção - Transparência - Integridade

RELATÓRIO ANUAL DE ACTIVIDADES – 2018

Projecto Accountability

Cabo Delgado

Maputo, Dezembro de 2018

Índice

I. Contexto	1
II. Resultados Alcançados	2
III. Principais Actividades Realizadas	4
IV. Desafios e Perspectivas	10

I. Contexto

O ano de 2018 foi marcado por grandes desafios para a implementação do programa Accountability, dada a continuação de ataques pelos alegados insirgentes um pouco por toda a província de Cab Delgado e com algumas ameaças para a cidade de Pemba.

Esta situação causou incertezas e, por um período, as actividades foram suspensas, sem, contudo afectar o desempenho do projecto, tendo em conta o plano de actividades aprovado para aquele ano.

O sector extractivo, tal como tem sido tendência dos últimos anos, foi responsável pela maior parte das exportações do país. Até o terceiro trimestre cerca de 46% das exportações totais foram provenientes do sector extractivo (rubís, safiras, esmeraldas, areias pesadas, carvão mineral e gás natural), seguido da indústria transformadora com 29,1% e energia eléctrica com 7,7%.¹

No que concerne aos desenvolvimentos no sector extractivo em 2018, destacam-se os seguintes:

- i) Assinatura dos contratos para pesquisa, prospecção e produção de gás natural e petróleo com empresas Exxon Mobil, Sasol, ENI, seleccionadas no quinto concurso de licitação de bloco petrolíferos em áreas localizadas na zona costeira de Angoche, no Delta do Zambeze, da Bacia de Moçambique e Umbeluzi, cujo investimento inicial totalizará 700 milhões de dólares americanos, faltando assinar com a Delonex Energy e Equinor (Statoil);
- ii) início da construção da plataforma flutuante que servirá para extrair gás natural e produção de gás natural liquefeito nos campos de Coral, na área 4 da bacia do Rovuma, num projecto liderado pela ENI;
- iii) Inauguração da mina de extracção de grafite em Balama, operada pela empresa Twigg Exploration and Mining, subsidiária da australiana Syrah, e que vai exportar esta matéria-prima para a China;
- iv) descoberta de um novo depósito de rubis em Montepuez, Cabo Delgado pela empresa australiana Mustang Resources;
- v) atribuição de novas licenças de exploração de rubis em Cabo Delgado às empresas

¹ http://www.bancomoc.mz/fm_pgLink.aspx?id=222

Mustang e Regius.

Porém, apesar dos desenvolvimentos registados no sector, associados a enormes expectativas, permanecem desafios de transparência prestação de contas, cruciais para boa governação.

A transparência é uma das principais estratégias, senão a mais importante, para evitar a maldição dos recursos naturais. Sem a prestação de contas jamais haverá uma garantia efectiva de boa governação na exploração dos recursos naturais. Isto inclui a necessidade de tornar pública a interacção entre o Governo e as empresas de extracção de recursos minerais e outros procedimentos que se julgam cruciais para o processo de governação dos recursos.

Apesar dos avanços registados ao nível do quadro legal aprovado em 2014 para alargar a transparência e prestação de contas, em termos materiais o país está a regredir. A avaliação de Moçambique como país implementador da Iniciativa de Transparência da Indústria Extractiva (EITI, sigla inglesa), ocorrida em 2018 e que resultou na declaração do país como tendo registado avanços significativos, mas como um lista de dezenas de recomendações, é uma prova inequívoca disso. Assim, Moçambique tem até Junho de 2019 para fazer reformas significativas tendentes a melhorar a sua prestação.

Estes desafios são resultantes, sobretudo, da limitada capacidade institucional a todos os níveis, assimetrias de informação entre as autoridades governamentais e as fiscalizadoras, destacadamente a Assembleia da República e a Assembleia Provincial, bem como um limitado acesso à informação por parte dos cidadãos em decorrência de um fraco destaque das questões relacionadas com as indústria extractivas por parte dos órgãos de comunicação social.

O plano de actividades de 2018 esteve orientado para contribuir para o reforço destas capacidades institucionais por uma maior transparência e *accountability* a nível nacional e na província de Cabo Delgado. Mais concretamente, a nível provincial, destaque vai para o trabalho com a Assembleia Orovincial, a sociedade civil, órgãos de comunicação social e as rádios comunitárias dos distritos da província; a nível nacional, o enfoque vai para o trabalho com a Assembleia da República, a EITI e com a comunicação social através da parceria com o MISA.

Este relatório anual reporta estas actividades realizadas, uma discussão não exaustiva dos resultados alcançados, bem como apresenta os desafios e perspectivas do projecto. De notar que estão incluídas no documento algumas imagens fotográficas que ilustram alguns dos momentos da implementação de actividades.

II. Principais Actividades Realizadas

3.1. Produção de Documentos

1. **Análise Simplificada e Divulgação do 7º Relatório da Iniciativa de Transparência na Indústria extractiva (ITIE).**



Imagem 1: Workshop de apresentação do 7º Relatório da EITI Simplificado

Com o objectivo de contribuir para uma maior divulgação de informação sobre o sector extractivo, bem como, prover instrumentos e factos que contribuam para demanda de

prestação de conta o CIP divulgou uma versão simplificada do sétimo relatório da ITIE.

O grupo alvo desta actividade foram os órgãos de comunicação pela capacidade de massificação de informação e as comunidades em Cabo Delgado.

Para além da publicação do documento simplificado na página oficial do CIP (<https://cipmoz.org/2018/08/13/7o-relatorio-simplificado/>) houve uma sessão para apresentação das principais constatações.

Principais Conclusões e Recomendações:

O sétimo relatório da ITIE menciona que a diferença global entre as receitas confirmadas pelo Estado e os pagamentos efectuados pelas empresas do sector extractivo foram de apenas 1% em 2015 e reduziram para 0,01% em 2016. Porém, para além das diferenças do valor das receitas que o Governo declara ter recebido e o que as empresas declaram ter pago, existe também diferença no volume de produção apresentado no relatório relativamente à informação apresentada pelas empresas.

A contribuição do sector para o emprego é muito baixa e tem crescido de forma lenta, de 2% em 2015 para apenas 3% em 2016. Para além disso, as reduções e isenções que recaem sobre as taxas específicas do sector enfraquecem ainda mais o valor das receitas que é canalizado aos cofres do Estado.

Recomendou-se: melhoria do sistema de colecta de informação pela ITIE de modo a permitir que a informação seja fidedigna, revisão do critério de materialidade para a selecção das empresas do sector mineiro para efeitos de reconciliação dos impostos pagos, revisão das reduções e isenções que recaem sobre as taxas específicas do sector extractivo por forma a melhorar a contribuição do mesmo e criação de mecanismos que garantam maior participação (e de qualidade) da mão-de-obra nacional no sector extractivo.

2. Estudo sobre o desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado

O estudo foi iniciado, mas não concluído por dificuldades de deslocação aos distritos, tendo sido concluída toda a fase de pesquisa de desk research. O estudo visa captar os desenvolvimentos referentes a exploração de recursos naturais naquela província.

Espera-se que o documento esteja concluído no primeiro semestre do corrente ano, 2019.

3.2. Capacitação em matéria de IE

Com o objectivo de, para além de expôr assuntos relevantes no sector da indústria extractiva, focalizada na província de Cabo Delgado, mas também trazer ao debate aspectos específicos identificados pelos diversos *stakeholders* do sector, com destaque para o Governo provincial, sociedade civil, membros do parlamento e órgãos de comunicação social, o CIP realizou as seguinte actividades:

1. Sessões de capacitação á jornalistas em Maputo e Cabo Delgado



Imagem 2: Capacitação dos jornalistas em Cabo Delgado (esquerda) e Maputo (direita)

Com o objectivo de contribuir para uma cada vez maior e melhor intervenção dos órgãos de comunicação no que concerne ao sector extractivo no País em geral e particularmente no contexto dos desafios impostos pela exploração dos recursos, o CIP em parceria com o Instituto para Comunicação Social na África Austral (MISA), organizou sessões de capacitação e debate sobre o sector extractivo em Moçambique a classe jornalística. A sessões de capacitação tiveram lugar em Pemba, Cabo Delgado e Maputo tendo contado com pelo menos dois representantes dos mais relevantes órgãos de comunicação dos referidos locais. A nível de Cabo Delgado, para além dos órgãos de comunicação da cidade de Pemba, a sessões contaram, também com a participação de representantes das rádios comunitárias de Mocímboa da Praia, Balama, Montepuez e Nangade.

Principais assuntos apresentados:

Overview do Sector Extractivo em Moçambique – recursos existentes e

projectos em andamento;

Desafios de Fiscalização e Monitoria aos Projectos de IE por Parte do Estado;

Problemática dos Reassentamentos nos Projectos da IE;

Política de Responsabilidade Social na Indústria Extrativa vs Situação Actual;

Para além dos temas apresentados estabeleceu-se uma plataforma de partilha de informação com os órgãos sociais da província de Cabo Delgado que tem se revelado eficaz.

2. Sessão de Capacitação á Assembleia Provincial em Cabo Delgado



Imagem: O papel das Assembleias Provinciais na monitoria ao sector extractivo – Cabo Delgado

Num encontro de meio-dia, o evento serviu de base para discussão sobre os principais desafios enfrentados pela Assembleia Provincial (AP) a nível da província de Cabo Delgado, no que concerne a monitoria do sector extractivo.

O encontro tinha como objectivo contribuir para cada vez maior e melhor intervenção dos deputados no processo de monitoria do sector extractivo.

Dos demais assuntos abordados ressaltou-se por parte dos membros da AP a necessidade de capacitação continua sobre o sector e o compromisso da parte do CIP em manter as sessões de capacitação bem como fornecer documentos relevantes de forma simplificada aos participantes.

3. *Workshop* de capacitação á organizações da sociedade civil em matéria de indústria extrativa em Cabo Delgado



Imagem 3: Projecto Accountability Seminário com Sociedade Civil (Cabo Delgado)

Considerando a sociedade civil como o contrabalanço do poder público e que deve participar activamente no processo de monitoria dos processos de governação do sector, quer contribuindo com propostas, capacitando e assistindo as comunidades directa e indirectamente afectadas, quer promovendo debates públicos e expondo as más práticas e desafios e replicando as boas práticas, o CIP organizou uma sessão de capacitação as OSC.

O evento, que é uma continuidade das sessões de capacitação que iniciaram em 2017, teve como público-alvo as organizações da sociedade civil de Cabo Delgado, teve lugar na cidade de Pemba. Participaram da sessão diversas organizações da Sociedade Civil (OSC) representadas por: (i) Fórum das Organizações Não Governamentais de Cabo Delgado (FOCADE), (ii) Centro de Aprendizagem e Capacitação da Sociedade Civil (CESC), (iii) Associação do Meio Ambiente (AMA), (iv) Centro Terra Viva (CTV), (v) Grupo de Voluntariado Civil, (vi) Conselho Cristão de Moçambique (CCM), (vii) União Provincial dos Camponeses (UPC) e (viii) grupo de investigadores da Universidade Católica de Moçambique, entre outras.

Principais Assuntos Debatidos:

- Desafios de Fiscalização e Monitoria aos Projectos de IE por Parte do Governo;
- O papel da Sociedade Civil: O que se Deve Monitorar
- Desafios do Observatório de Desenvolvimento como Mecanismo de Monitoria.

4. Capacitação de Deputados da AR e apoio à actividades de fiscalização

Numa estratégia de intervenção conjunta, o CIP orientou sessões de capacitação de deputados da Assembleia da República, integrantes das Quarta e Quinta Comissões de Trabalho da Assembleia da República. Estas actividades foram realizadas em parcerias com o Instituto de Democracia Multipartidária (IMD) e o Centro Terra Viva.

Esta abordagem de intervenção conjunta visava colmatar três problemas: o primeiro, a pesada agenda parlamentar, num ano em que se debatia o pacote de descentralização e revisão pontual da Constituição da República, Evitar a duplicação de esforços uma vez que outras entidades, como uma relação muito mais próxima com os deputados, e a terceira e não menos importante: reduzir os custos com as capacitações., reconhecendo que os deputados têm exigência incorporáveis e que foram prontamente reportados ao parceiro. Os custos inerentes a estas capacitações foram totalmente cobertos pelas duas organizações.

O objectivo geral da formação consiste em dotar os membros da Assembleia da República e das Assembleias Provinciais de capacidades para fiscalizar no âmbito do desenvolvimento da Indústria Extractiva em Moçambique.

Na mesma estratégia, o CIP integrou, conjuntamente, com os membros da Coligação Cívica para a Indústria Extractiva, do qual é parte, acompanhou e assistiu os deputados da quarta comissão no seu trabalho de fiscalização do desempenho do Governo na Indústria Extractiva, ao nível de Cabo Delgado, aonde foram visitados os distritos de Palma (península de Afunge), Balama, Montepuez (Namanhumbir).

No final foram produzidos dois documentos, da CCIE, que foi partilhado por via de conferência de imprensa e publicitação nos jornais, e da 4ª Comissão, que não foi tornado público, mas reportado à comissão, Assembleia Permanente e Bancadas Parlamentares, para além de terem alimentado perguntas ao governo na sessão plenária.

Principais Assuntos Debatidos:

- Desafios para o Parlamento e para as Assembleias Provinciais na Fiscalização da Indústria Extractiva em Moçambique;
- Fiscalização da indústria extractiva;
- Enquadramento conceptual da fiscalização e o papel da assembleia da república e das assembleias provinciais;

- Fiscalização da ar e das aps na indústria extractiva em moçambique;
- Trabalho prático de preparação da acção de fiscalização.

5. Lançamento do Prémio Nacional Jornalismo sobre IE

Por forma de despertar o interesse dos media por aspectos ligados a valores de democracia, tais como governação, integridade, transparência, indústria extractiva e direitos humanos, o CIP em parceria com MISA instituiu um prémio nacional de jornalismo.

O Prémio Nacional de Jornalismo, lançado em Maio de 2018, foi instituído como forma de reconhecimento público as virtudes jornalísticas dos repórteres, nomeadamente, coragem, determinação, senso de oportunidade, entre outras, na promoção da democracia e seus valores como boa governação, transparência, direitos humanos e combate ao crime organizado dos direitos humanos.

Sendo assim, ficou acordado que o prémio seria atribuído ao trabalho que evidenciasse esforço acima do comum por parte do repórter na obtenção e tratamento das informações utilizadas na matéria.

No total, o júri recebeu 26 trabalhos de 13 candidatos. Todos os trabalhos foram submetidos dentro do prazo estabelecido no regulamento.

Para uma melhor avaliação dos trabalhos submetidos ao PRÉMIO NACIONAL DO JORNALISMO INVESTIGATIVO 2018, a equipa do júri adoptou o método de avaliação cega, no qual cada membro avaliou individualmente todos os trabalhos, de acordo com os critérios previamente definidos.

Em conformidade com os critérios de avaliação e com o regulamento do concurso o júri deliberou, no dia 28 de Setembro de 2018², como vencedores os autores dos seguintes trabalhos:

- Primeiro lugar é atribuído ao trabalho intitulado: “Os Meandros do Rombo dos 170 Milhões do FDA”, de autoria do jornalista do Jornal Notícias Hélio Filimone, com 19 Pontos;
- Segundo lugar é premiado o trabalho do Jornalista Ricardo Machava intitulado “Tortura na Cadeia Civil”, com 16 pontos;

² <https://cipmoz.org/2018/09/28/premio-nacional-do-jornalismo-investigativo/>

- O Terceito Lugar foi atribuído prémio ao Jornalismo Investigativo ao trabalho intitulado: “Corrupção no Futebol”, da autoria da Jornalista (proveniente de Cabo Delgado), Cristiana Cristiano Dimule, com 15 Pontos.

6. Lançamento do Fundo de Investigação Jornalística

Com o objectivo de estimular a produção de jornalismo investigativo de alta qualidade, com reportagens contendo histórias relevantes que contribuem para melhorar a compreensão da sociedade no capítulo de “Boa Governação, Transparência e Indústria Extractiva”, o CIP em parceria com o MISA, organizou concurso com o objectivo de atribuir bolsas, no valor de 60.000,00MT para pequenas investigações jornalísticas locais.

No total foram enviadas 14 candidaturas, das quais 10 foram apuradas. Tendo sido apuradas para os primeiros 3 lugares, as seguintes:

- **Tema:** Indústria Extractiva e Justiça Social – **Autores:** Zito Osumane e Rogério Júnior;
- **Tema:** Eldorado de Moatize Polui Atmosfera e Contamina Agua das Comunidades - **Autor:** Nelson Mucandze;
- **Tema:** Ataques de Inspiração Islamica Deixam Aldeias Desertas: A Vez de Refugiados na Mocimboa da Praia - **Autor:** Armando Nhantumbo.

7. Conferência Internacional sobre Divulgação de Informação na Indústria Extractiva³

³ <https://cipmoz.org/2018/10/08/report-international-conference-on-information-disclosure-accountability-inclusive-growth-and-governance-in-the-extractive-sector/>



Imagem 4: Conferência sobre Divulgação de Informação no Sector extractivo

O CIP em colaboração com a Parceria para Pesquisa Social e de Governação em África (PASGR) e a “Acção para Empoderamento e Prestação de Contas” (A4EA) do Instituto de Estudos de Desenvolvimento (IDS) da Universidade de Sussex (Reino Unido) organizou uma conferência internacional sobre Divulgação de Informação, Prestação de Contas, Crescimento Inclusivo e Governação na Indústria Extractiva.

Esta conferência, substituiu a conferência académica sobre governação do Oil & Gas na sub-região de East –Africa, por se ter concluído que fazia mais sentido num ano em que Moçambique e grande parte dos países membros da EITI eram avaliados, falar sobre aspectos mais amplos como transparência, acesso à informação e prestação de contas.

A conferência, que teve lugar em Maputo, serviu como uma plataforma em que os investigadores, quadros de alto nível do governo de Moçambique, fazedores de políticas, activistas, empresas privadas e organizações locais⁴ (Associação do Meio Ambiente e CPOS da Universidade Católica) partilhassem experiências de pesquisa e mecanismos de intervenção sobre o assunto.

Neste evento foram apresentados estudos de caso de países africanos como forma de partilha de experiências no âmbito da indústria extractiva concretamente no que refere a informação e prestação de contas, especialmente os que fazem parte da Iniciativa de Transparencia na Indústria Extractiva (ITIE). Para além de Moçambique, fizeram parte

⁴ Fizeram parte da conferência internacional as organizações da sociedade civil baseadas em Cabo Delgado com as quais o CIP tem um memorando de entendimento para desenvolvimento das suas actividades.

dos diferentes painéis do evento representantes das organizações de países como Nigéria, Angola, UK, Serra Leoa, Holanda, Zimbabwe, Zambia, Uganda e Kenya.

A conferência, que contou com a participação de 91 pessoas das quais 66 homens e 25 mulheres, culminou com a elaboração de um documento⁵ contendo os principais pontos de discussão.

Principais Conclusões:

- A divulgação de informações precisa de ser complementada com outras acções, como o fortalecimento económico;
- A divulgação de informações como ferramenta para promover a prestação de contas no governo é menos eficaz na ausência de sanções claras;
- O CIP e as outras OSC precisam de intensificar as estratégias de mobilização das organizações de base comunitária;
- A divulgação de informações precisa de ser acompanhada por mensagens claras e estratégias de acção claras para guiar a mobilização para a acção colectiva;
- O uso de abordagens multi-métodos pode resultar em melhor compreensão do impacto da divulgação de informações.

Recomendações Gerais:

- Usar a pesquisa e as informações para sensibilizar e potencializar as comunidades de modo a que fossem elas próprias as exercer pressão para a mudança a nível da estrutura legal das políticas de governação;
- Valorizar o papel do Estado e das empresas na disseminação de informações no seio da comunidade, numa relação equilibrada entre os custos e a temporalidade dos investimentos na IE, de modo a que os mesmos soubessem a partir de quando podiam começar a usufruir dos benefícios desses investimentos e desta forma, teriam bases sólidas para poderem exigir as suas compensações;
- Defende-se a criação de uma Comissão Única no Parlamento que lide directamente com todos os assuntos ligados a IE no que confere aos recursos naturais, questões ambientais, sociais e económicas;
- Criação de um centro de informação e comunicação pública sobre a governação de recursos naturais;
- Melhorar o funcionamento da ITIEM

⁵ <https://cipmoz.org/2018/10/08/report-international-conference-on-information-disclosure-accountability-inclusive-growth-and-governance-in-the-extractive-sector/>

- Contribuir para a melhoria dos mecanismos de alocação de receitas às comunidades,
- Apoiar na articulação entre as comunidades e o Governo Local no sistema de planificação comunitário;
- Contribuir para a melhoria dos mecanismos de prestação de contas das empresas;
- Fortalecer as capacidades dos cidadãos e organizações de base;
- Proteger o espaço da sociedade civil.

8. Conferência em Cabo Delgado

No quadro do cumprimento de um dos objectivos primordiais deste projecto, que é o estabelecimento de uma plataforma de debate público sobre os desafios e oportunidades da exploração de recursos minerais ao nível de Cabo Delgado, o Centro de Integridade Pública firmou uma parceria com o Departamento de Ética, Cidadania e Desenvolvimento da Universidade Católica de Moçambique, delegação de Pemba, para a realização de actividades onjuntas em Cabo Delgado, tendo iniciado com a conferência sobre Indústria Extractiva, na sua primeira edição, decorrida no dia 31 de Agosto de 2018.

O evento decorreu sob o lema: Cabo Delgado, o novo Eldorado, que opções para o desenvolvimento?, contou com a participação de mais de 200 pessoas, representantes do Governo provincial, membros da Assembleia Provincial de Cabo Delgado, Deputados da Assembleia da República, comunidade académica, sociedade civil, sector privado, com destaque para a empresa Montepuez Rubi Mining que fez uma apresentação, líderes religiosos e comunidades.

Aspectos debatidos

A conferência esteve dividida em quatro painéis, que discutiram os seguintes temas: Desafios do quadro legal e de políticas da indústria extrativa em Moçambique; Indústria Extrativa e combate a pobreza em Moçambique; Gemfields em Namanhumbir: Os ganhos da exploração de rubis; “Cidadania activa” e “responsabilidade social” no quadro da exploração dos recursos minerais.

No painel sobre **Desafios do quadro legal e de políticas da indústria extrativa em Moçambique** foram aflorados os aspectos do quadro legal, institucional e de políticas nacionais que permitam maximizar os ganhos para o país e minimizar as externalidades negativas que inevitavelmente advirão da exploração dos recursos.

O painel sobre **Indústria Extrativa e combate a pobreza em Moçambique** discutiu em que

medida a política de exploração de recursos minerais está alinhada com os objectivos de redução da pobreza no país, tendo em conta que o Governo centraliza a produção agrícola famílias como o pilar da sua agenda de luta contra a pobreza. Por outro lado, aprofundou até que ponto existe uma coexistência saudável entre a exploração de recursos minerais e outros sectores, por exemplo agricultura, florestas, turismo, dos quais a província apresenta, também, vantagens comparativas.

No terceiro painel, sobre **Gemfields em Namanhumbir: Os ganhos da exploração de rubís**; debateu a contribuição da exploração desta pedra preciosa para os cofres do Estado e para o desenvolvimento sócio-económico de Namanhumbir, onde está implantado, e Cabo Delgado.

O último painel, **“Cidadania activa” e “responsabilidade social” no quadro da exploração dos recursos minerais**, depois de compulsados os desafios da exploração dos recursos minerais, debateu o que pode ser feito, pelos cidadãos, pelo Governo e pelas empresas, para que a indústria extractiva seja, de facto, um meio para o desenvolvimento humano.

III. Resultados Alcançados

No cômputo geral, relativamente ao plano traçado em alusão, o CIP realizou cerca e 90%⁶ da actividades previstas, bem como outras actividades não previstas mas relevantes para o objectivo geral do projecto de promover a transparência e prestação de contas no sector extractivo.

Em 2018, o CIP contribuiu, através deste projecto, entre outros, para os seguintes resultados indicativos:

- ✚ **Abertura por parte do Governo central na colaboração com o CIP no que concerne a partilha e informação.** O Governo, através do Instituto Nacional de Petróleo (INP) e Autoridade Tributária (AT) mostrou-se disponível a partilhar informação sobre sector (fiscal e sobre governação). A disponibilidade foi manifestada na conferência de dois dias sobre disponibilização de informação no sector extractivo organizado pelo CIP. Para além de oradores nacionais, fizeram

⁶ Os restantes 10% são atribuídos o estudo sobre o desenvolvimento sócio-económico de Cabo Delgado. Esta actividade será desenvolvida na íntegra em 2019 para permitir captar os dados económicos actualizados que serão divulgados no presente ano. Porém, já foram elaborados os termos de referência para elaboração do mesmo.

parte dos diferentes painéis oradores de países como Angola, Zimbábwe, Alemanha, Nigéria, Serra Leoa, UK, Zâmbia e Uganda;

✚ Maior consciencialização por parte da assembleia provincial de Cabo Delgado sobre o seu papel na monitoria das questões referentes aos sector extractivo bem como melhor percepção das suas necessidades e relevância do contributo da AP no quadro da boa governação do sector extractivo;

✚ Maior interesse por parte da comunicação social e elevação do debate sobre governação do sector extractivo a nível provincial. O CIP contribuiu, através do projecto e outras acções paralelas, para maior partilha de informação através dos eventos (conferência e capacitações) realizados em Pemba onde estão concentrados os actores políticos, universidades, sociedade civil e outros intervenientes;

✚ Maior abertura por parte das empresas do sector extractivo na colaboração com as osc. Exemplo disso é a abertura/colaboração da Montepuez Ruby Mining com a osc (AMA) de Cabo Delgado na disponibilização de informação da monitoria sobre o processo de reassentamento;

✚ Acções de Capacitação técnica em matéria de indústria por parte do Governo. Uma das conclusões a que o CIP chegou em 2017 com a elaboração do baseline do sector, e centrou as suas actividades, foi na falta de competências técnicas sobre o sector extractivo a nível do Governo provincial de Cabo Delgado.

Pensa-se que em parte como resposta as acções desenvolvidas o Governo decidiu formar 500 técnicos para fazer face ao défice dos quadros qualificados para trabalhar na indústria extrativa. Para o efeito, o Governo e parceiros, vão construir um centro de formação profissional, no distrito de Balama.

Os resultados acima apresentados são alguns dos que foi possível captar num ano maioritariamente dominado por questões relacionadas com eleições autárquicas, reestruturação das dívidas ilegais.

IV. Desafios e Perspectivas

Maior transparência e prestação de contas são importantes mudanças institucionais e são, na verdade, marcos importantes do desenvolvimento. Em 2018 o CIP fez progressos nesta direcção, onde o maior destaque vai para cometimento do poder público a nível

central para a boa colaboração visando os objectivos desta iniciativa. Porém, verificou-se que houve retrocesso no que diz respeito a abertura do poder político a nível provincial. Exemplo disso é que as direcções provinciais convidadas a participar nas sessões de capacitação organizadas em Pemba pelo CIP simplesmente optaram por não aparecer nem enviar representantes. A referida sessão seria em simultâneo com os membros da assembleia provincial.

No entanto, embora o poder político central tenha se comprometido em diversas ocasiões a partilhar informação ainda prevalecem desafios. Ao longo do ano as solicitações de informação no âmbito das diversas pesquisas realizadas pelo CIP redundaram em fracasso, inconsistente com o cometimento assumido.

Em termos de disponibilização de informação, acredita-se que através do projecto accountability, o CIP contribuiu bastante para maior acesso e melhor entendimento dos assuntos relacionados com indústria extractiva na província de Cabo Delgado e no País em geral.

- Para mais detalhe dos produtos divulgados no âmbito do projecto, por favor acessar:

<https://cipmoz.org/category/projecto-accountability/>